

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
O paradoxo da máquina inteligente.....	13
Por que este livro existe	14
A quem se destina	14
O conceito de IA Íntegra	15
Como a obra está organizada.....	15
Uma palavra ao leitor.....	16

CAPÍTULO 1

O QUE É INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA EXPLICAÇÃO SEM MISTÉRIOS.....	17
A IA que você já usa sem saber	18
O que é inteligência artificial (de verdade).....	18
Três conceitos que este livro usa o tempo todo	19
O problema da caixa-preta	20
Por que segurança convencional não basta	21
O que IA Íntegra significa.....	22
Roteiro do livro	23

CAPÍTULO 2

O TERRENO JURÍDICO: PRINCÍPIOS QUE GOVERNAM A IA	25
Por que princípios e não artigos.....	25
Dignidade humana	26
Liberdade.....	26
Igualdade e não discriminação.....	27
Privacidade	27
Devido processo, contraditório e ampla defesa.....	27
Transparência	28
Responsabilidade e dever de cuidado	28
Rastreabilidade	28
Prevenção de danos	29
Controle humano significativo.....	29
Boa-fé e segurança	29
Como os princípios se relacionam.....	30
O que a legislação brasileira já oferece	30
O que a lei de IA acrescentará (e o que não mudará)	31

CAPÍTULO 3

DADOS: A MATÉRIA-PRIMA DA IA E SEUS RISCOS.	33
Dados não são neutros.....	33
A cadeia de custódia começa nos dados.....	34
Os princípios que governam o uso de dados.....	35
Consentimento e suas limitações	36
Anonimização: o que ela resolve e o que não resolve.....	37

Direitos do titular diante da IA	38
O desafio do direito ao esquecimento.....	38
A avaliação de impacto como dever prévio	39
O que dados têm a ver com justiça.....	40

CAPÍTULO 4

AS VULNERABILIDADES TÉCNICAS DA IA: O QUE PODE DAR ERRADO	41
A ilusão da acurácia.....	42
Ataque adversarial: quando a IA é enganada de propósito.....	43
Envenenamento de dados: a sabotagem que começa no treino.....	44
Evasão: o crime que aprende a se esconder	45
Derrapagem de modelo: quando o sistema envelhece mal.....	46
A caixa-preta em contexto de decisão crítica	47
Ataques à cadeia de suprimentos	48
Automação do viés humano	49
O que este capítulo pede do leitor	49

CAPÍTULO 5

RISCOS JURÍDICOS E RESPONSABILIDADE: QUEM RESPONDE QUANDO A IA ERRA	51
O princípio que governa tudo: quem exerce poder responde por seus efeitos.....	51
Responsabilidade civil: quem paga o dano.....	52
Responsabilidade administrativa: a atuação das autoridades....	53
Responsabilidade penal: quando o uso de IA é crime.....	54

Nulidade processual: quando a IA contamina o processo	55
Direito à contestação: o contraditório diante da IA.....	55
Diligência prévia como proteção e como dever	56
A responsabilidade do usuário final.....	57
Uma nota sobre a responsabilidade do Estado	58

CAPÍTULO 6

VIÉS, DISCRIMINAÇÃO E O FRAMEWORK CVI.....	61
De onde vem o viés.....	62
Como o viés se manifesta em segurança pública.....	63
O viés que não aparece nos relatórios	65
O que auditoria de viés pode revelar.....	65
Mitigação: o que é possível fazer	66
O Framework CVI: Controle de Viés Investigativo	68
Primeiro elemento: hipótese principal.....	68
Segundo elemento: hipótese alternativa plausível	69
Terceiro elemento: indício que sustentaria a hipótese alternati- va	69
Quarto elemento: diligência que resolveria a ambiguidade	70
Quinto elemento: decisão fundamentada e documentada	71
CVI e os princípios constitucionais.....	72
CVI na prática institucional.....	72
A linha entre ferramenta e oráculo	73

CAPÍTULO 7

COMO CONSTRUIR IA SEGURA: BOAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO	75
---	-----------

Segurança desde o projeto	76
Modelagem de ameaças antes do primeiro código	77
Pipeline de dados: onde tudo começa.....	77
Treinamento responsável	79
Testes que não podem ser pulados	79
Explicabilidade como requisito.....	81
Versionamento e rastreabilidade	82
Monitoramento em produção	83
Plano de contingência.....	83
O que exigir de um fornecedor de IA	84

CAPÍTULO 8

GOVERNANÇA DE IA: QUEM DECIDE, QUEM CONTROLA, QUEM RESPONDE.....	87
O que governança de IA precisa resolver.....	88
A estrutura de aprovação.....	88
O comitê de ética de IA.....	89
O cartão do modelo como instrumento de governança	90
Logs de decisão: o rastro obrigatório.....	91
Auditoria: interna e externa	92
Transparência pública proporcional ao impacto	93
Resposta a incidentes: quando a governança é testada	94
Treinamento de operadores: o elo mais frágil.....	95

CAPÍTULO 9

CADEIA DE CUSTÓDIA DIGITAL E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	97
---	-----------

O fundamento: prova digital e suas exigências.....	98
Da prova física à prova digital.....	99
A IA como camada adicional de complexidade.....	100
O hash como fundamento técnico da integridade.....	101
Coleta de dados para investigação: bases legais e limites.....	102
Análise com IA: documentando o processo.....	103
O laudo pericial e a IA.....	105
Defensabilidade em juízo: o teste prático	106
A investigação responsável como proteção de todos.....	107

CAPÍTULO 10

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: PRINCÍPIOS APLICADOS À IA	109
Por que dados e IA são inseparáveis	110
O direito de saber	110
O princípio da finalidade	111
Necessidade e minimização	112
Consentimento e suas limitações	113
Direitos do titular diante da IA	114
Avaliação de impacto à proteção de dados	115
Dados sensíveis e cuidados redobrados	116
O encarregado de proteção de dados	117
Conformidade como processo, não como evento.....	118
Uma reflexão final sobre poder	119

CAPÍTULO 11

IA NA SEGURANÇA PÚBLICA: OPORTUNIDADES, DILEMAS E LIMITES	121
O que a IA realmente oferece à segurança pública.....	122
Estado, poder e responsabilidade redobrada.....	123
Reconhecimento facial em espaço público: o caso difícil.....	124
Vigilância em massa e a Constituição	126
Perfilamento preditivo e seus problemas	127
Três dilemas práticos.....	128
Boas práticas que diferenciam	130
O investigador competente e a IA	131
Síntese: o limite que não pode ser cruzado	132

CAPÍTULO 12

O FUTURO DA IA E OS PRINCÍPIOS QUE PERMANECERÃO	133
A única certeza: aceleração e descontinuidade.....	134
IA generativa e a desestabilização da prova	135
Sistemas autônomos e a fronteira do controle humano.....	136
A convergência entre IA e outras tecnologias.....	137
A regulação global em construção.....	138
Inovações técnicas que importam para os princípios.....	140
O profissional do direito no ecossistema de IA.....	141
Os princípios que não vão mudar	142

CONCLUSÃO

INTEGRIDADE COMO PROJETO COLETIVO..... 145

O que ficou estabelecido..... 146

Quinze perguntas que organizam a prática..... 147

O que está em jogo 149

REFERÊNCIAS..... 151